

A EVOLUÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA EM MATÉRIA DE DIREITO AMBIENTAL: LICENCIAMENTO AMBIENTAL E RESPONSABILIDADE CIVIL

Aluno: Michelle Mendlewicz
Orientador: Danielle de Andrade Moreira

Introdução

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem um importante papel na proteção do meio ambiente. Ao longo dos últimos anos houve, no âmbito do referido tribunal, um significativo incremento, tanto quantitativo como qualitativo, de julgados sobre a tutela jurídica do meio ambiente, entre eles os relativos ao licenciamento ambiental e à responsabilidade civil por danos ambientais.

Objetivos

O objetivo deste trabalho foi efetuar uma pesquisa na jurisprudência do STJ em matéria de Direito Ambiental, de forma a analisar a evolução no entendimento do referido tribunal sobre licenciamento ambiental e responsabilidade civil por danos ambientais.

Metodologia

A pesquisa foi feita utilizando o sistema de busca do site do STJ, localizando através de palavras chaves os acórdãos relevantes para o trabalho. É importante mencionar que todos os julgados que comentassem algo relativo ao tema pesquisado, mesmo que de forma superficial, foram considerados úteis à pesquisa. Sendo assim, nem toda a jurisprudência aborda exaustivamente os temas analisados, mas por fazer afirmações ou observações relevantes foi considerada importante para o presente trabalho.

Para que tal pesquisa pudesse ser feita, o trabalho foi dividido em grandes temas referentes a esta área do direito, sendo eles o licenciamento ambiental e a responsabilidade civil ambiental. Assim, cada tema pôde ser estudado e explorado separadamente.

As palavras chaves utilizadas em relação ao licenciamento ambiental foram: “licenciamento ambiental”, “licença ambiental” e “licença e meio ambiente”. Já, acerca da responsabilidade civil ambiental, as palavras chaves escolhidas foram as seguintes: “responsabilidade civil ambiental” e “responsabilidade civil e direito ambiental”.

A análise feita em matéria de licenciamento ambiental foi dividida nos seguintes subtemas: importância do licenciamento ambiental; natureza da licença ambiental; Estudo Prévio de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA); competência para o licenciamento ambiental; crimes ambientais relativos ao licenciamento ambiental.

Já em relação à responsabilidade civil ambiental, os subtópicos abordados foram: responsabilidade civil objetiva; princípios norteadores da responsabilidade civil ambiental; obrigação *propter rem* e responsabilidade do novo adquirente; responsabilidade solidária; responsabilidade do Estado por omissão; inversão do ônus da prova; teoria do risco integral; dano ambiental extrapatrimonial.

Conclusões

Após a realização da pesquisa jurisprudencial ambiental no STJ foi possível chegar a algumas conclusões.

Primeiramente, pôde ser percebido que o número de casos julgados pelo referido tribunal aumentou quantitativa e qualitativamente de forma incontestável. Houve um nítido aperfeiçoamento na fundamentação dos julgados. Os ministros passaram a dar mais importância às questões ambientais, abordando as mesmas de forma acurada.

Outro ponto relevante que merece destaque foi a crescente utilização dos princípios norteadores do Direito Ambiental para embasar e fundamentar suas decisões. Isto demonstra a importância e o peso que estas questões ganharam no âmbito dos tribunais superiores de nosso país.

De forma geral, um avanço significativo na jurisprudência do STJ em Direito Ambiental pôde ser atestado através da análise dos tópicos escolhidos.

Referências

1 - ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. 12ª ed.. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. 960 p.

2 - MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 18ª ed.. São Paulo: Malheiros, 2010. 1177 p.

3 - MILARÉ, Édis. ***Direito do Ambiente: A Gestão Ambiental em foco***. 6ª ed.. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. 1343 p.

4 - SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**. 8ª ed.. São Paulo: Malheiros, 2010. 351 p.